

Onda de fake news sobre massacre deixa escolas, famílias e polícia em alerta

Alunos picham ameaças e as publicam nas redes sociais, aterrorizando pais e demandando investigação das forças públicas

Claudinei Queiroz

Uma nova onda de fake news, iniciada no começo de abril, tem assustado pais, professores e alunos em todas as regiões do país, mobilizando a polícia e até o poder público.

O padrão é o mesmo: o aluno picha em algum lugar da escola, normalmente no banheiro: "Massacre dia X". A maioria tira foto, apaga a frase e depois publica nas redes sociais ou distribui em grupos de WhatsApp, usualmente em um perfil anônimo.

A veiculação da mensagem acaba por chegar aos pais e à escola, provocando um clima de apreensão. Seria uma ameaça real? Para se precaver, os colégios acabam fazendo um boletim de ocorrência, deixando a investigação a cargo das forças públicas.

Na maioria das vezes não é possível identificar o pichador e o caso fica sem solução. Nem mesmo as câmeras de segurança ajudam, uma vez que é proibido colocar monitoramento nos banheiros. Já em casos em que os responsáveis foram descobertos, todos deram a mesma explicação: uma brincadeira para assustar a comunidade escolar.

Essa onda de fake news a respeito de massacres em escolas surgiu nos Estados Unidos, em dezembro passado, quando grupos passaram a divulgar essas mensagens pelo aplicativo TikTok. Lá, no entanto, são comuns esses atos de violência, como o ocorrido recentemente em uma escola em Uvalde, no Texas, quando um jovem de 18 anos matou a tiros ao menos 19 crianças e 2 adultos.

Em dezembro, muitas escolas americanas cancelaram suas aulas após ameaças, principalmente as de cidades do interior do país, e a polícia aumentou seu efetivo.

O TikTok chegou a divulgar uma nota afirmando que trabalha para identificar fake news e mensagens ofensivas.

"Lidamos com os rumores de ameaças com a maior seriedade, razão pela qual estamos trabalhando com as autoridades policiais para investigar as advertências de possíveis atos de violência nas escolas", disse a empresa no comunicado. "Não encontramos evidências de que tais ameaças se originaram ou se espalharam pelo TikTok", acrescentou.

No Brasil, o caso que mais deixou os pais e os funcionários dos colégios preocupados se deu na Escola Estadual Professor Manoel Abreu, em Linhares (ES). Dois adolescentes, de 13 e 15 anos, postaram em grupos de WhatsApp a ameaça ao colégio. Um deles chegou a publicar uma foto de um revólver que, segundo a polícia, seria do irmão dele.

Os alunos prestaram depoimento na delegacia, juntamente com seus responsáveis e representantes do Conselho Tutelar. "Com todo o procedimento de investigação das polícias civil e militar, os dois alunos foram identificados e falaram que postaram as ameaças em contexto de brincadeira", conta o diretor Jean Carlos Borghi de Andrade, 30, revelando que a punição dos dois foi a transferência compulsória para outro colégio.?

Para tentar coibir novos casos, Andrade diz que a escola passou a controlar o uso de celulares pelos estudantes em suas dependências.

Outro colégio que identificou os estudantes foi o Nossa Senhora das Graças, o Gracinha, do Itaim Bibi, zona sul da capital paulista. Segundo o diretor Wagner Cafagni Borja, 59, quatro alunos foram identificados e alegaram estar seguindo um desafio de um grupo do Tiktok, de como parar sua escola por um dia.

"Os estudantes foram punidos de acordo com nosso regimento. Foram suspensos por quatro dias, durante os quais fizeram três encontros com a direção/orientação, dois dos quais na presença das famílias, e estão produzindo um trabalho sobre a questão das mídias sociais e o comportamento das massas", conta Borja.

Como os responsáveis foram localizados e punidos, o colégio não chegou a fazer boletim de ocorrência.

No levantamento feito pela Folha nos colégios com casos do tipo, apenas um teve as aulas canceladas no dia em que a pichação anunciava o suposto massacre: o Colégio Estadual Raphael Serravalle, no bairro da Pituba, em Salvador (BA). Mas não foi a direção que tomou essa decisão e, sim, o grêmio estudantil.

"O pessoal do grêmio avisou da mensagem do massacre no WhatsApp. Aí eles postaram mensagens dizendo aos alunos que seria melhor ficar em casa, que não precisavam vir ao colégio. Não houve pronunciamento da direção. A escola funcionou normalmente, e o grêmio tomou essa decisão", conta a vice-diretora Denise Lago de Miranda, 57. "Por conta desse evento, a gestão anterior da escola foi exonerada", diz Miranda.

O responsável pela pichação não foi localizado, mas alguns alunos falaram que a mensagem se referia às provas, que seriam na semana seguinte. "A avaliação seria um 'massacre', foi o que a gente apurou", finaliza.

No Colégio Universitário USCS, de São Caetano do Sul (SP), a pichação foi na porta de um dos banheiros da universidade, a que os alunos do colégio têm acesso. Por isso, até mesmo alunos de graduação pediram para que as aulas fossem suspensas, o que não aconteceu.

"O termo 'massacre', escrito na parede de um dos banheiros (apesar da compreensível aflição causada junto à comunidade acadêmica) mostrou-se ser apenas isso: uma pichação de banheiro", diz o colégio em nota à reportagem.

Na cidade de Primavera do Leste (MT), a 234 km de Cuiabá, uma estudante de 12 anos criou um perfil falso no Instagram para disseminar as mensagens de massacre no colégio particular San Petrus. No entanto, a Polícia Civil conseguiu sua identificação.

"A menor foi localizada e conduzida à delegacia, onde foi ouvida. Na presença da sua mãe, ela confessou que criou o perfil com a intenção de fazer uma 'brincadeira', assustando as pessoas", afirma a Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso, em nota.

Primavera do Leste é uma das várias cidades pequenas que sofreram com ameaças em escolas recentemente. Nesses casos, a população acaba sendo afetada mais diretamente, e as autoridades precisam se pronunciar para acalmar os pais. Foi o que fez o prefeito de Passos, no sul mineiro.

Diego Rodrigo de Oliveira (PSL) recorreu às redes sociais para explicar o ocorrido. "Trata-se realmente de uma fake news. Você pai, você mãe, pode ter certeza que seus filhos estarão seguros em nossas escolas. E, qualquer tipo de afronta às nossas escolas, as forças de segurança já estão preparadas", alertou.

Na cidade de Atibaia, a 66 km de São Paulo, foi a Secretaria de Segurança Pública da prefeitura que divulgou um comunicado nas redes sociais informando que "não

há qualquer evidência de suspeita de real ocorrência, considerando os estudos já realizados em todo o país de fake news gerados por adolescentes com o intuito de provocar pânico entre os pais e alunos".

Segundo os órgãos de segurança pública, um dos maiores problemas desse tipo de fake news, além do terror que provoca na comunidade, é a necessidade de deslocamento de grande aparato policial para a investigação, tirando as forças de outras ações.

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, em nota, diz que todas as denúncias são investigadas e o trabalho de campo dos policiais tem constatado a improcedência das ameaças. O órgão destaca que esse tipo de fake news é crime.

"Os responsáveis por denúncias falsas às polícias podem responder por ato infracional, se o autor for menor de idade, ou crime de ameaça, caso alguém se sinta lesado e resolva representá-lo", diz ainda a nota.

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por sua vez, afirma que atua em parceria com os órgãos de segurança pública em todo estado "para a conscientização das comunidades escolares em relação à proliferação deste tipo de conteúdo".

"A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo conta com o Gabinete Integrado de Segurança e Proteção Escolar (Gispec), que realiza estudos sobre a violência na área de segurança das escolas e o planejamento de estratégias, e monitora diariamente as escolas", diz a pasta.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/06/onda-de-fake-news-sobre-massacre-deixa-escolas-familias-e-policia-em-alerta.shtml>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Folha de S. Paulo

Seção: Fake News